

COGNITIO JURIS – Vol. 12, No. 44 – Dezembro 2022

Os artigos publicados neste número estão relacionados abaixo, organizados em ordem alfabética.

Cognitio Juris

Volume 12 – Número 44 – Dezembro de 2022

ISSN 2236-3009



Imagem: Cristo Redentor – Rio de Janeiro – Brasil (Crédito: Pixabay)

APRESENTAÇÃO

A Revista Cognitio Juris chega ao seu quadragésimo quarto número trazendo amplo e pertinente conteúdo.

As edições da Cognitio Juris são caracterizadas pela ampla diversidade de temáticas abordadas no campo do direito e de áreas afins, abordando sobre as mais variadas matérias, tais como: Biodireito, Direito Ambiental, Direito Constitucional, Direito Internacional, Direito do Consumidor, Filosofia, Sociologia, Serviço Social entre outros; afinal de contas, a intenção da Cognitio Juris é – através dos artigos científicos apresentados em cada edição – apresentar um conhecimento científico inter e multidisciplinar, moderno e pertinente com as transformações mais relevantes da sociedade contemporânea, para fornecer subsídios na resolução dos conflitos que afetam a harmonia social.

A sociedade atual vive em um período de rápida difusão de informações através dos meios de comunicação virtuais. Temos sim muita informação disponível, mas pouco dela pode ser aproveitada e transformada em conhecimento. Precisamos, em verdade, modificar alguns valores e transformar a nossa sociedade em uma “sociedade do conhecimento”.

A maneira de se transformar uma sociedade e melhorar a qualidade de vida de cada cidadão é através da educação, e a melhor maneira para conseguirmos tal transformação é disponibilizar o conhecimento científico a todos, de maneira gratuita. – Esse é o papel da Cognitio Juris, como elemento que visa modificar e melhorar o mundo em que vivemos.

Nossos votos são de uma profícua leitura.

Markus Samuel Leite Norat

Membro-Diretor Geral, Científico e Editorial

CLIQUE AQUI PARA CONFERIR A REVISTA IMPRESSA

SUMÁRIO

Sobre a Revista - Páginas 011 - 012

Conselho Científico - Páginas 013 - 034

Diretrizes - Páginas 035 - 037

Enviar Artigos - Página 038

Apresentação - Páginas 039 - 040

ARTIGOS

A JURISDIÇÃO JUDICIAL NA DOCTRINA DE TOMÁS DE AQUINO

Claudio Pedrosa Nunes – Páginas 041 – 062

A MÁQUINA DE LAVAGEM DE DINHEIRO EM FUNCIONAMENTO EM ATIVIDADES DESPORTIVAS COMO NO FUTEBOL E FÓRMULA 1

Hamilton Calazans Câmara Neto; Romulo Rhemo Palitot Braga – Páginas 063 – 085

A MOBILIDADE COMO UM SERVIÇO: UM INSTRUMENTO PARA A MELHORIA DA MOBILIDADE URBANA NO BRASIL

Heverton Lopes Rezende; Jonathan Barros Vita – Páginas 086 – 106

A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS TRANSPORTADORES AÉREOS E AS GARANTIAS DO CONSUMIDOR NAS VIAGENS INTERNACIONAIS NOS CASOS DE LESÃO À LUZ DO ENTENDIMENTO DOS TRIBUNAIS

José Raphael Batista Freire; Lygia Maria Copi; Vitória Carolina Zimmer Nenevê – Páginas 107 – 131

AÇÃO RESCISÓRIA COMO MEIO DE IMPUGNAÇÃO DA COISA JULGADA: UM PARALELO ENTRE AS HIPÓTESES DE CABIMENTO DO CPC/1973 E DO CPC/2015

Jair Henrique Kley Dutra; Diego Bianchi de Oliveira – Páginas 132 – 155

ACESSO À JUSTIÇA NO DIREITO BRASILEIRO

Raymundo Juliano Rego Feitosa; Célia Aparecida Souto Barros Teti; Janicleide Neri Monteiro – Páginas 156 – 179

ANÁLISE DOS PROJETOS DE LEI SOBRE FAKE NEWS E OS LIMITES DO DIREITO PENAL

Higo da Silva Lima; Henrique Carlos De Brito; Jeyson Lucena da Silva – Páginas 180 – 197

CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1967 E A INFLUÊNCIA DO DIREITO ESTADUNIDENSE

Werna Karenina Marques de Sousa – Páginas 198 – 219

CRISE NA EFETIVIDADE DE DIREITOS SOCIAIS À LUZ DO CONSTITUCIONALISMO DIALÓGICO

Alexandre de Freitas Carpenedo – Páginas 220 – 242

CRÍPTOMOEDAS ESTÁVEIS LASTREADAS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS SÃO MOEDAS ESTRANGEIRAS?

Danniel Librelon Pimenta – Páginas 243 – 265

DA PROTEÇÃO À DIGNIDADE HUMANA E A RESPONSABILIZAÇÃO DA FAMÍLIA PELO AGEISMO E DOR SOFRIDO PELOS LONGEVOS

Stela Cavalcanti da Silva; Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão – Páginas 266 – 300

LIBERDADE DE EXPRESSÃO: IMPACTOS DAS FAKE NEWS NA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Henrique Carlos de Brito; Jeyson Lucena da Silva; Higo da Silva Lima – Páginas 301 – 317

LIMITES E POSSIBILIDADES DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: UM ESTUDO À

LUZ DA ACEPÇÃO SOBRE JUSTIÇA

Susana Kelli Cabral de Aquino – Páginas 318 – 342

MEIO AMBIENTE DO TRABALHO SAUDÁVEL E EQUILIBRADO COMO MEIO PARA A PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE

Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson – Páginas 343 – 366

MONOPÓLIO DE REFINO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO IMPACTO DA PRIVATIZAÇÃO DAS REFINARIAS DA PETROBRAS

Lizzie Caroline Silva de Oliveira Pereira; Maria Marconiete Fernandes Pereira – Páginas 367 – 388

NORMAS PROGRAMÁTICAS NA CONSTITUIÇÃO FINANCEIRA BRASILEIRA E A CONSTITUIÇÃO DIRIGENTE INVERTIDA EM FUNÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Paula Iasmim Santos Pontes de Albuquerque – Páginas 389 – 418

O ATUAL ESTÁGIO DAS PRISÕES PRIVATIZADAS NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Bruno de Omena Celestino – Páginas 419 – 457

O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO E A SEGURANÇA JURÍDICA

Cael de Paula Ferreira – Páginas 458 – 493

O FUTURO DO ESQUECIMENTO COMO DIREITO NO BRASIL

David Cury Neto – Páginas 494 – 522

O USO DE AGROTÓXICOS NA AGRICULTURA E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE DOS SERES VIVOS

Kiwonghi Bizawu; Thayane Martins Rocha – Páginas 523 – 543